



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2009-2010)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE JANEIRO DE 2010

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [Jaime José Matos da Gama](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Maria Celeste Lopes da Silva Correia](#)  
[Pedro Filipe Gomes Soares](#)

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 8 minutos.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º do [Regimento](#), procedeu-se a um debate com o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates), que respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados [Manuela Ferreira Leite](#) (PSD) — que exerceu também o direito de defesa da

honra —, [Francisco de Assis](#) (PS), [Paulo Portas](#) (CDS-PP), [Francisco Louçã](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes).

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de resolução n.º 65/XI (1.ª).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 9 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 8 minutos.*

*Deputados presentes à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Acácio Santos da Fonseca Pinto  
Alberto Bernardes Costa  
Ana Paula Mendes Vitorino  
Anabela Gaspar de Freitas  
António Alves Marques Júnior  
António José Martins Seguro  
António Ribeiro Gameiro  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas  
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão  
Catarina Marcelino Rosa da Silva  
Defensor Oliveira Moura  
Deolinda Isabel da Costa Coutinho  
Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Fernando Manuel de Jesus  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Frederico de Oliveira Castro  
Glória Maria da Silva Araújo  
Horácio André Antunes  
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida  
Jaime José Matos da Gama  
Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
Jorge Manuel Rosendo Gonçalves  
José Albano Pereira Marques  
José Carlos Bravo Nico  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
José João Pinhanços de Bianchi  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
José Manuel Pereira Ribeiro  
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
José Rui Alves Duarte Cruz  
João Barroso Soares  
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano  
João Paulo Feteira Pedrosa  
João Paulo Moreira Correia  
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal  
João Saldanha de Azevedo Galamba  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís António Pita Ameixa

Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Luís Miguel Soares de França  
Luísa Maria Neves Salgueiro  
Lúcio Maia Ferreira  
Manuel António Gonçalves Mota da Silva  
Manuel José de Faria Seabra Monteiro  
Marcos Sá Rodrigues  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria Helena Figueiredo de Sousa Rebelo  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Isabel Solnado Porto Oneto  
Maria José Guerra Gamboa Campos  
Maria Luísa de Jesus Silva Vilhena Roberto Santos  
Maria Manuela de Almeida Costa Augusto  
Maria Odete da Conceição João  
Maria da Conceição Guerreiro Casa Nova  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria de Lurdes Ruivo  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Miguel João Pisoeiro de Freitas  
Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida  
Mário Joaquim da Silva Mourão  
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá  
Nuno Miguel da Costa Araújo  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
Paula Cristina Barros Teixeira Santos  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui José Prudêncio  
Rui José da Costa Pereira  
Sofia Isabel Diniz Pereira Conde Cabral  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Teresa Maria Neto Venda  
Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio  
Vitalino José Ferreira Prova Canas  
Vitor Manuel Bento Baptista  
Victor Manuel Brandão de Sousa Fontes

Partido Social Democrata (PSD):

Adriano Rafael de Sousa Moreira  
Adão José Fonseca Silva  
Agostinho Correia Branquinho  
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria  
Antonieta Paulino Felizardo Guerreiro

António Alfredo Delgado da Silva Preto  
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto  
António Cândido Monteiro Cabeleira  
António Egrejas Leitão Amaro  
António Joaquim Almeida Henriques  
Arménio dos Santos  
Carina João Reis Oliveira  
Carla Maria Gomes Barros  
Carla Maria de Pinho Rodrigues  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos António Páscoa Gonçalves  
Carlos Henrique da Costa Neves  
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes  
Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro  
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Emídio Guerreiro  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis  
Fernando Ribeiro Marques  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Hugo José Teixeira Velosa  
Isabel Maria Nogueira Sequeira  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia  
Jorge Fernando Magalhães da Costa  
José Alberto Nunes Ferreira Gomes  
José Eduardo Rego Mendes Martins  
José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
José Manuel Marques de Matos Rosa  
José Manuel de Matos Correia  
José Pedro Correia de Aguiar Branco  
João Carlos Figueiredo Antunes  
João José Pina Prata  
Luís António Damásio Capoulas  
Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves  
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Margarida Rosa Silva de Almeida  
Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo  
Maria Francisca Fernandes Almeida  
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto  
Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
Maria Paula da Graça Cardoso  
Maria Teresa Machado Fernandes  
Maria Teresa da Silva Morais  
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira  
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação  
Paulo César Lima Cavaleiro  
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
Pedro Augusto Lynce de Faria  
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
Raquel Maria Martins de Oliveira Gomes Coelho  
Sérgio André da Costa Vieira  
Teresa de Jesus Costa Santos  
Ulisses Manuel Brandão Pereira  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Vânia Andrea de Castro Jesus

Partido Popular (CDS-PP):

Altino Bernardo Lemos Bessa  
Artur José Gomes Rêgo  
Cecília Felgueiras de Meireles Graça  
Filipe Tiago de Melo Sobral Lobo D' Ávila  
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto  
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro  
José Helder do Amaral  
José Manuel de Sousa Rodrigues  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Manuel de Serpa Oliva  
João Rodrigo Pinho de Almeida  
Luís Pedro Russo da Mota Soares  
Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça  
Michael Lothar Mendes Seufert  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
Paulo Sacadura Cabral Portas  
Pedro Manuel Brandão Rodrigues  
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia  
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato  
Catarina Soares Martins  
Fernando José Mendes Rosas  
Francisco Anacleto Louçã  
Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro  
Helena Maria Moura Pinto  
José Borges de Araújo de Moura Soeiro  
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão  
José Manuel Marques da Silva Pureza  
João Pedro Furtado da Cunha Semedo  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Maria Cecília Vicente Duarte Honório  
Mariana Rosa Aiveca Ferreira  
Pedro Filipe Gomes Soares  
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares  
Rita Maria Oliveira Calvário

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Bruno Ramos Dias  
Francisco José de Almeida Lopes  
Jerónimo Carvalho de Sousa  
José Batista Mestre Soeiro  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira  
Miguel Tiago Crispim Rosado  
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa  
Rita Rato Araújo Fonseca

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
José Luís Teixeira Ferreira

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a ordem do dia é preenchida com o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, e, como não há uma intervenção inicial do Sr. Primeiro-Ministro, passamos imediatamente às perguntas.

Para fazer perguntas, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.ª **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, ninguém desconhece que é absolutamente essencial para que se tomem decisões correctas em termos de política que se conheça com exactidão a situação em que nos encontramos.

A primeira preocupação que qualquer governo tem, antes de desenhar a sua política, antes de tomar medidas, é conhecer com profundidade, com correcção, a situação em que se encontra, sem o que pode estar a levar o País a tomar decisões em sentido contrário ao que é ajustado à situação, tem não só a importância de tomar decisões correctas como a de não criar expectativas erradas em relação às populações.

Se o Sr. Primeiro-Ministro tivesse tido conhecimento da situação em que o País estava em termos de défice orçamental, talvez não tivesse feito tantos anúncios de tantas medidas, talvez não tivesse criado expectativas nas populações, que, agora, ao serem goradas, criarão situações sociais bem mais complexas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Recordo, Sr. Primeiro-Ministro, que, em Setembro, o Sr. Ministro das Finanças disse que estava em condições de garantir que o défice do Orçamento não iria além dos 5,9%.

Lembro também que, em Setembro, o Sr. Primeiro-Ministro disse que não seria preciso fazer grande coisa para que as contas públicas retomassem o rumo anterior.

Ainda há pouco tempo, o Orçamento rectificativo que entrou nesta Assembleia apontava para um défice de 8%, e isso aconteceu praticamente no final do ano.

Sr. Primeiro-Ministro, se eu entendo por que é que, em Setembro, foram feitas estas afirmações — estávamos em véspera de eleições e, evidentemente, era necessário dar aos eleitores ideias que não correspondiam à realidade!... —, já com o Orçamento rectificativo, os portugueses perceberam que tinham sido enganados e, portanto, não valia a pena manter esse engano. Portanto, já não foi esse o motivo.

Gostava que o Sr. Primeiro-Ministro me dissesse o que se passou entre o Orçamento rectificativo e há meia dúzia de dias para que o Orçamento para 2010 tenha tido um agravamento do défice da ordem que todos conhecemos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, em primeiro lugar, a conclusão das negociações feitas entre o Governo e os diferentes partidos da Assembleia da República relativamente ao Orçamento do Estado foi, sem dúvida, um êxito político.

Um êxito político para o País, que precisa de um Orçamento com uma orientação clara no sentido de recuperar a economia e também de fazer aquilo que se deve fazer para dar confiança à economia, para iniciar um trajecto de correcção do esforço orçamental que fizemos e, com esse esforço, conseguimos com que o País ultrapassasse a crise económica que todos os países viveram em 2009.

Um êxito político que resulta da iniciativa de negociação do Governo, mas que se deve também — é justo dizê-lo — à acção responsável do PSD e do CDS, que, no final dessas negociações, sem nada pedirem em troca, declararam que se absteriam neste Orçamento do Estado.

*Protestos do PCP.*

Este é um acto responsável que contribui para a governabilidade e para uma orientação de política económica do País, que é importantíssimo, neste momento.

Em segundo lugar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que de mais importante podemos fazer em relação à nossa economia é reconhecer que os estímulos orçamentais que foram dados à economia em 2009, o esforço orçamental que o Estado fez para responder à crise, teve um resultado muito positivo. A nossa economia resistiu bem à crise económica. Fomos um dos primeiros países a sair da situação de recessão técnica. Tivemos um crescimento no último trimestre que foi um dos maiores da União Europeia, em cadeia, e vamos ter, no final do ano, uma situação de decréscimo económico muito melhor do que todos estávamos à espera no início de Janeiro.

Relativamente ao comportamento europeu, pode dizer-se que Portugal teve um comportamento na sua economia que resistiu bem à crise. O País resistiu bem à crise. Teremos um decréscimo económico, segundo as nossas previsões, de cerca de 2,6%, enquanto na Europa se espera um decréscimo económica de cerca de 4%. Portanto, o País reagiu bem à crise. E reagiu bem à crise com a ajuda do Estado.

A primeira conclusão que devemos tirar deste debate do Orçamento é que a ajuda que o Estado deu às famílias e às empresas foi muito importante para que a economia portuguesa pudesse resistir à crise. Os estímulos que demos funcionaram bem.

Quanto à situação das finanças públicas portuguesas e aos números que agora divulgámos, já ouvi a Sr.<sup>a</sup> Deputada e alguns Deputados do seu partido dizerem que o défice orçamental de 9,3% é histórico. Não há dúvida de que é um défice histórico, mas gostaria que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me dissesse qual é o país, a saber, da União Europeia, os Estados Unidos e o Japão, que não tem um défice histórico. O défice, nos Estados Unidos, é de 12,5% — défice histórico!;...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o défice, no Japão, é de onze vírgula qualquer coisa por cento — um défice histórico!; o défice, em Espanha, é de onze vírgula qualquer coisa por cento — um défice histórico!; o défice, no Reino Unido, é de mais de 11% — um défice histórico!

A verdade é que o nosso défice subiu, nos últimos dois anos, de 2,6% para 9,3%, mas, se olharmos para o que aconteceu no mundo, verificamos que a evolução das nossas contas públicas está em linha com a situação internacional.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Qual foi a subida do défice nos países do G20, por exemplo? Nos países do G20, o défice subiu 6,9, superior ao crescimento em Portugal.

Quanto é que subiu o défice nos países da OCDE, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Subiu 6,8 pontos percentuais; nos Estados Unidos, subiu 9,7%; no Japão, 8%; em Espanha, 13,1%.

Portanto, a ideia de que houve uma exagerada ajuda orçamental à economia é uma ideia que não posso acompanhar. Fizemos aquilo que devíamos: apoiámos a nossa economia e o emprego. Fomos até aos 9,3%, um valor que a comparação internacional nos pode dizer que põe em linha com as economias mais desenvolvidas os números das finanças públicas, não apenas no défice mas na dívida. Neste momento, não tenho tempo mas, sobre a dívida, responder-lhe-ei na resposta seguinte.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o que gostaria que respondesse na resposta seguinte era à pergunta anterior que lhe fiz.

*Aplausos do PSD.*

Talvez me tenha expressado mal, Sr. Primeiro-Ministro, mas não fiz qualquer observação sobre o valor actual do défice. Até podia ser de 9, 10, 11 ou 12%.

Aquilo que perguntei concretamente, através de uma frase simples, foi por que é que isto não nos foi dito quando foi apresentado o Orçamento rectificativo.

É esta a pergunta.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o Orçamento rectificativo foi feito em Outubro.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Em Outubro?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Desculpem, foi feito com a informação de Outubro. A informação que as Finanças tinham em Outubro era a de que a queda nas receitas correspondia a um défice orçamental de 8%. Era esta a avaliação que tínhamos. Era, aliás, uma avaliação que nos colocava numa situação muito semelhante à que temos hoje na comparação internacional.

A comparação que acabei de fazer com os défices dos países do G20 e da União Europeia é também relativa às estimativas de Outubro, e tenho a certeza de que elas vão evoluir.

Quero deixar as coisas muito claras, Sr.<sup>a</sup> Deputada: o nosso défice é de 9,3%, por uma razão fundamental: quebra nas receitas. Se há um aspecto absolutamente claro na execução orçamental de 2009 é o de que a despesa sempre esteve controlada, sempre, e o único aspecto que levou a uma subida do défice foi a redução na receita.



Também houve algumas consequências para o défice, que só vimos agora. Quer no que no diz respeito aos sectores da administração local, quer no diz respeito à segurança social e também às finanças regionais, estes três aspectos fizeram com que, no último período do ano, o défice subisse ligeiramente, a que acresceu a queda nas receitas nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, cuja informação não tínhamos em Outubro.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, que saudades do tempo em que senhor tomou posse e teve de fazer uma estimativa do défice para 2005, em Abril, tendo conseguido estimar o défice até à centésima!!... Fantástico!

*Aplausos do PSD.*

Nessa altura, diria que não foi uma questão para prémio Nobel mas, seguramente, um caso de tese de doutoramento!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Lá vai esse tempo!

Agora, em Dezembro, não conseguimos estimar o défice até ao final do ano. As coisas evoluíram num sentido negativo.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro diz que o problema é da receita, mais me ajuda na minha afirmação, porque se há pontos onde, efectivamente, a previsão, às vezes, pode trazer surpresas, não é na receita, é sempre na despesa. A receita é estimada em factos que já ocorreram...

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Cardoso Águas** (PSD): — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — ... e, como tal, a projecção quase nunca falha. Não falha em meia dúzia de dias, Sr. Primeiro-Ministro! Estou a falar do Orçamento que foi aprovado na Assembleia da República já em Dezembro, cuja estimativa era apenas para o final do ano, portanto, tinha apenas 15 dias de estimativa, e há uma falha desta natureza.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha pergunta é muito simples: o que é que falhou? Falhou a informação? Mas, então, se falhou a informação, isso significa que estamos muito vulneráveis porque estamos com um Governo a tomar decisões sobre aspectos que desconhece. Ora, isto é extremamente grave, extremamente perigoso e extremamente preocupante para as nossas perspectivas.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada, em 2005, o exercício não foi feito por mim, foi feito pelo Banco de Portugal.

*Risos e protestos do PSD.*

O mesmo Banco de Portugal que três anos antes foi convocado pelos Srs. Deputados quando estavam no governo para fazer um exercício sobre o défice do ano anterior àquele em que foram para o Governo. O mesmo Banco de Portugal e o mesmo Governador do Banco de Portugal!

*Aplausos do PS.*

Nós também reparámos que nessa altura o Governador do Banco de Portugal era bom e três anos depois já não era bom. A estimativa do défice era fácil de fazer, pois faltavam 1500 milhões de euros no Orçamento. Isso sim, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é uma vergonha, porque consistiu em retirar do Orçamento aquilo que sabia que tinha de se pôr lá.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Era muito fácil de apurar esse défice.

*Aplausos do PS.*

Finalmente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a verdade é que o défice de 2003 se fica a dever a uma quebra nas receitas, mas também a um controlo muito exigente do lado da despesa.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Presidente, não vou falar sobre os benefícios ou malefícios da intervenção do Banco de Portugal, porque a intervenção do Banco, na altura em que éramos governo, como o Sr. Primeiro-Ministro bem sabe, foi validar contas e não fazer previsões. Não fez uma única previsão!

*Aplausos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, já percebi que não vai dizer por que é que, em 15 dias, o défice teve uma alteração desta natureza, já percebi isso, mas é mau, porque isso seria muito bom para a confiança que é necessário transmitir,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — ... como o Sr. Primeiro-Ministro bem sabe.

Portanto, estamos a falhar num ponto essencial, que é não explicar. Não estou a pedir-lhe qualquer informação especial, estou a pedir-lhe a explicação, o motivo, e este o Sr. Primeiro-Ministro não está a dar.

Quanto à avaliação da despesa e à intervenção relativamente a ela, imagine-se que a intervenção tinha sido pior. Então, onde é que estaríamos neste momento? O Sr. Primeiro-Ministro acha que foi altamente eficaz, que tivemos uma despesa bem orientada e bem dirigida, que estivemos a apoiar empresas. Só que foram grandes empresas que quase sempre acabam por sair e não apoiámos muitas pequenas e médias empresas,...

*Aplausos do PSD.*

... que, não estando na primeira página dos jornais, criam milhares de desempregos todos os dias!

Sr. Primeiro-Ministro, não posso deixar de dizer que houve quebra de receita, que era mais do que previsível, e houve despesa para apoios, que nunca negámos, mas negamos, seguramente, a forma como eles foram dirigidos, porque não é possível ter um défice deste valor e, simultaneamente, um desemprego com o valor como está.

*Aplausos do PSD.*

Então, para que serviu?!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Morais** (PSD): — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Então, onde é que estaríamos se assim não fosse?! Então, em que situação económica estamos nós que, quando há um agravamento da situação económica, se verifica um disparo desta natureza no desemprego?! Quando é que isto se compõe?!

Portanto, quando o Sr. Primeiro-Ministro começa por referir — e bem! — o acordo a que foi possível chegar em relação à viabilização do Orçamento do Estado para 2010, quero dizer-lhe que tal acordo foi possível porque este País não aguenta mais, não aguenta mesmo mais, que a política seja dirigida em função dos votos.

**Vozes do PSD:** — Exactamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — A política só pode ser seguida em função do interesse nacional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Aquilo de que o País precisa neste momento não é de políticos, Sr. Primeiro-Ministro. Como alguém disse, aquilo de que o País precisa neste momento não é de políticos mas, sim, de estadistas.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, ao longo dos últimos quatro anos, percebemos que para o PSD as intervenções do Banco de Portugal só têm credibilidade quando é um governo do PSD a pedir essas intervenções.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — É absolutamente inacreditável que quando é um governo do PSD a pedir a intervenção e a auditoria do Banco de Portugal, o Banco de Portugal é bom; quando nós pedimos a intervenção do Banco de Portugal e a avaliação do Orçamento, ele já é mau. Isso é apenas incoerência!

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada pede-me uma explicação e eu dei-lha. A explicação que temos para dar é que a informação de Outubro nos levava a um défice à volta dos 8% e que a avaliação que fazemos no final de Janeiro leva-nos a verificar que quer a quebra das receitas quer o défice na administração pública local, na segurança social e nas regiões autónomas nos leva a aumentar essa previsão.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quero reafirmar o seguinte: não houve nenhum governo europeu que iniciasse o seu exercício orçamental com uma previsão igual àquela que foi feita em Outubro e duvido muito que haja algum governo europeu que em Março, quando reportar o défice, esse reporte seja igual à previsão de Outubro.

Todas as evoluções das estimativas e dos resultados foram muito afectados por uma enorme quebra de receitas, tanto nos orçamentos de Portugal como nos orçamentos da União Europeia. Tudo o que aqui se passou é muito semelhante àquilo que se passou nos outros países.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o aumento do défice para 9,3% ficou a dever-se ao esforço que o Estado fez para recuperar a nossa economia. Qualquer economista que olhe com objectividade para a situação deve reconhecer que o País resistiu bem a esta crise e que saímos dela mais cedo do que os outros, ao contrário do que a Sr.<sup>a</sup> Deputada dizia. Para ganhar alguns votos, ouvi a Sr.<sup>a</sup> Deputada dizer: «Fomos dos primeiros a entrar e seremos dos últimos a sair».

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi apenas um puro engano. Ao longo deste ano, Sr.<sup>a</sup> Deputada, com os estímulos orçamentais, apoiámos mais de 5000 empresas portuguesas. E não há 5000 grandes empresas, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

*Aplausos do PS.*

Estas 5000 são pequenas e médias empresas! E apoiámo-las porque era necessário fazê-lo!

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Na altura em que a Sr.<sup>a</sup> Deputada teve uma recessão e era ministra das Finanças, não apoiou as empresas portuguesas. É lamentável que se lembre apenas das pequenas e médias empresas quando está na oposição!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vamos acabar o debate da forma como começámos porque o senhor não respondeu àquilo que eu lhe perguntei.

Eu não fiz qualquer alusão ao valor do défice, se era alto, se era baixo, se devia ser maior ou se devia ser menor. Aquilo que lhe pergunto é por que razão escondeu, por que razão não disse ao povo português o valor do défice!

*Aplausos do PSD.*

Quanto à explicação da crise para tudo e mais alguma coisa, o agravamento nos últimos dias não foi, com certeza, devido a qualquer coisa de inesperado que tenha surgido, porque ou o Sr. Ministro das Finanças ou o Sr. Primeiro-Ministro, mas julgo que foi o Sr. Ministro das Finanças, disse, em 12 de Janeiro — e refiro 12 de Janeiro de 2010 e não 12 de Janeiro de 2007 ou de 2008! —, e hoje é dia 29, que a recessão não foi tão profunda nem tão prolongada quanto se previa. Mas a despeito disso, em 15 dias, o défice agravou-se em 1,3%.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de me dirigir ao Governo, não posso deixar de fazer um comentário acerca de uma afirmação — que é um *slogan* que, infelizmente, por aí vai circulando —, que considero grave, feita pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, estabelecendo esta antinomia entre os políticos e os estadistas. E o que vou dizer não se aplica à Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é o seu caso e eu reconheço isso. Trata-se de uma afirmação típica — repito, não é o seu caso — de políticos manhosos que aspiram a ser estadistas medíocres. Essa é claramente a situação.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, quero saudá-lo pela circunstância de ter criado as condições necessárias para garantir, nesta Câmara, a aprovação do Orçamento do Estado. A abertura que o Governo teve, revelando uma profunda consciência da nova situação parlamentar, para dialogar com todos os partidos da oposição ainda antes da proposta de lei do Orçamento do Estado ser apresentada ao Parlamento, para ouvir estes partidos e tentar encontrar uma solução de consenso que garantisse a viabilização desse documento fundamental para a governação do País merece e deve ser saudada.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Em abono da verdade, também devo manifestar respeito pelo PSD e pelo PP, que assumiram nestas circunstâncias uma posição de clara responsabilidade política. Espero que este seja também um momento de clarificação e de estabilização da vida parlamentar e que isto marque uma mudança nesta Legislatura.

Sr. Primeiro-Ministro, nós também saudamos a proposta de Orçamento do Estado na sua essência e as prioridades nela apontadas claramente. Temos consciência de que este exercício orçamental é particularmente difícil, porque é necessário conciliar coisas aparentemente antagónicas.

Em primeiro lugar, um Orçamento que continue a contribuir para responder à grave crise económica e financeira com que fomos confrontados nos últimos anos. Mas, para isso, é necessária uma política orçamental que responda às necessidades do País, apostando no investimento público, num elevado patamar de investimento público, um investimento público dirigido a sectores fundamentais para a nossa actividade — escolas, creches, hospitais, estradas, energias renováveis, barragens e o TGV —, isto é, investimentos que vão concorrer fortemente para a qualificação do nosso território, da nossa sociedade, do nosso País. Esta era uma preocupação que tinha de permanecer, porque temos consciência de que o País está a sair da crise, dá sinais de retoma.

Felizmente, reagiu melhor do que a generalidade dos países europeus, mas também temos a noção de que essa crise ainda nos continua a afectar e de que a política orçamental tem de estar ao serviço de uma ambição económica, que é a de combater a crise, promover o crescimento, criar emprego, promover uma melhoria das condições de vida das pessoas.

Mas, ao mesmo tempo, havia uma necessidade imperiosa, uma necessidade que foi sentida pelo Governo desde o primeiro momento, de inverter a trajectória ascendente do défice orçamental e do endividamento. Nós sabemos que o País tem um problema de endividamento. Não é preciso que nos estejam a lembrar, porque sabemos desse problema. E a demonstração de que o PS é sensível a essa questão, a demonstração inequívoca e factual, é que foi com um governo do PS — com o governo anterior dirigido justamente pelo mesmo Primeiro-Ministro e, na maior parte do tempo, com o mesmo Ministro das Finanças, hoje aqui presentes — que se levou a cabo o processo mais bem-sucedido de consolidação orçamental da história da democracia portuguesa.

*Aplausos do PS.*

Essa é que é a verdade!

**Vozes do PSD:** — É, é!...

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Essa é que é a verdade absoluta! Aqui os números não nos enganam! Ano após ano, o défice foi sendo reduzido. Tivemos o défice mais baixo da história da democracia portuguesa.

Depois, ocorreu uma circunstância, de que todo o mundo já se apercebeu menos a bancada do PSD. O problema da bancada do PSD é um problema grave de dissonância com a realidade, porque a verdade é que houve uma gravíssima crise internacional e, em resultado dessa crise internacional, praticamente todos os governos europeus, tivessem eles a orientação programática que tivessem, mais à esquerda ou mais ao centro-direita, optaram pelo caminho que se lhes deparava como o único possível para enfrentar essa grave crise, que era aumentar os défices e, por essa via, colocar a política orçamental ao serviço do relançamento da actividade económica

Há um exercício muito simples a fazer não só em relação a Portugal mas também em relação a todos os países europeus, que é este: como é que estaríamos hoje se em todos os países europeus não se tivesse feito esta opção de política económica e de política orçamental?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Como é que estava hoje a Europa se, porventura, ela fosse governada segundo os ditames que os senhores agora consideram que teriam sido os mais adequados?

**Vozes do PS:** — Exactamente!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Não foi por acaso que todos os governos europeus seguiram por esse caminho. Aliás, a própria Comissão Europeia, dirigida pelo Dr. Durão Barroso, salientou a necessidade de se seguir precisamente por esse caminho e manifestou em muitos momentos preocupação para que se seguisse justamente por esse caminho.

*Aplausos do PS.*

Mas nós e o Governo temos consciência, não fomos irresponsáveis. É isso que nos distingue dos partidos situados à nossa esquerda.

*Protestos do BE e do PCP.*

Nós não temos uma visão irresponsável. Nós temos noção de que não podemos viver numa situação de permanente desequilíbrio das contas públicas, não apenas pelas nossas obrigações no plano europeu, não apenas porque estamos sujeitos a uma avaliação diária dos mercados financeiros internacionais, mas porque, em si mesmo, isso seria negativo.

Temos de combater esta situação de desequilíbrio das finanças públicas.

Por isso, também quero saudar este esforço do Governo de reduzir, já este ano, o défice orçamental no valor de 1%, com tudo o que isso significa, nomeadamente no que diz respeito aos sacrifícios que vão ser feitos por alguns sectores da sociedade portuguesa. Mas esses sacrifícios são necessários nas actuais circunstâncias da vida nacional e, portanto, quero salientar isso mesmo.

Em terceiro lugar, este é um Orçamento que não agrava a carga fiscal, é um Orçamento que não aumenta os impostos, na sequência de compromissos eleitorais claramente assumidos pelo Sr. Primeiro-Ministro e pelo Governo do Partido Socialista.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a nossa preocupação, neste momento, é esta e a nossa intervenção é no sentido de saudar o Governo justamente por apresentar uma proposta de

Orçamento do Estado que, nas suas grandes linhas de orientação política, corresponde às necessidades do País: um Orçamento ao serviço da economia, um Orçamento com ambição, mas ao mesmo tempo um Orçamento de rigor, em suma, um Orçamento da confiança, um Orçamento de confiança interna e externa, um Orçamento da confiança ao serviço de uma ambição de modernização para Portugal.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco de Assis, em primeiro lugar, parece que há Deputados nesta Câmara que se esquecem que o reporte dos défices, o reporte das contas públicas e do saldo orçamental a Bruxelas mudou muito desde 2005.

Até 2005, quem é que reportava os défices ao Eurostat? Reportava a Direcção-Geral do Orçamento, servindo o INE apenas de caixa de correio.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós fizemos uma mudança substancial e estrutural na credibilidade das nossas contas públicas. Agora, os défices orçamentais são reportados por uma mesa técnica onde têm assento o Banco de Portugal, o INE e a Direcção-Geral do Orçamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Altamente independente do Governo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nunca houve tanta transparência, tanta verdade e tanta credibilidade nas contas públicas portuguesas como agora. Este Governo orgulha-se de, durante quatro anos consecutivos, nunca o Eurostat ter posto em causa o reporte que fizemos. Isto é uma situação da maior importância para nós.

Mas ouvir uma Sr.<sup>a</sup> Deputada falar em situações escondidas, em motivos ou em alguém que quis esconder fosse quem fosse, e sendo essa Sr.<sup>a</sup> Deputada aquela que, enquanto Ministra das Finanças, durante três anos consecutivos, nada mais fez do que esconder a situação orçamental de todo o mundo,...

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Teresa Morais** (PSD). — Isso é mentira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... recorrendo às manigâncias das receitas extraordinárias, isto é, realmente, querer esconder e olvidar todo o passado político das contas públicas em Portugal.

*Aplausos do PS.*

Considero que quem quer esconder é quem recorre à titularização de dívidas do Estado para efeitos de redução, de forma maquilhada, do défice orçamental. Isso sim!

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quero também chamar a atenção para o seguinte: temos hoje um défice de 9,3%, mas este défice de 9,3%, compara, internacionalmente, em linha com as contas públicas dos países mais desenvolvidos, é um défice que subiu, como subiram todos os défices dos países desenvolvidos.

Já aqui citei três organizações cujos países têm défices que subiram mais do que o nosso e, por isso, são um bom exemplo de comparação: o G20, a OCDE e também a zona do euro. Mas, atenção: estamos a comparar o nosso défice, que é já um défice verificado, com estimativas feitas em Outubro por esses países, e

estou convencido, aliás, que as estimativas feitas por esses países vão ser inferiores às aquelas que vão verificar-se quando se reportarem os défices em Março.

*Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.*

Mas a diferença entre a situação de 2005 e a de hoje é absolutamente gritante. Gostaria de recordar que, hoje, temos um défice de 9,3%, mas que ele é inferior aos défices da Grécia, da Espanha, do Reino Unido, da Irlanda, dos EUA e do Japão. No entanto, a verdade também é que, em 2005, tínhamos o maior défice orçamental de toda a União Europeia. Tínhamos um défice de 6,83%, que era o maior e o único acima dos 3%.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O segundo défice era abaixo de 2%. Havia mais de 5 pontos percentuais que nos separavam da posição do país em pior situação orçamental.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Foi o PS que a criou!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Pergunto-me: nessa altura, havia razão para ter um défice de 6,83%? A situação de recessão mundial exigia que fizéssemos um estímulo orçamental para ajudar a economia? Não! Nada justificava o défice de 6,83%, em 2005. Nada! Nenhuma situação económica o justificava, a não ser apenas uma perspectiva de quem não tinha controlo sobre as contas públicas. Esse défice foi irresponsável. Não precisávamos dele!

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Este défice de 9,3% nasceu para responder à situação de crise, nasceu para responder à pior crise dos últimos 80 anos e está em linha com os défices dos países desenvolvidos. O défice de 2005 correspondia apenas a um descontrolo nas contas públicas, que nada justificava e que nada explicava.

Quero também sublinhar dois aspectos que, na questão orçamental, nos separam de 2005. Em 2005, dois dos aspectos que mais contribuíam para o desequilíbrio orçamental, as duas forças mais poderosas do desequilíbrio das contas públicas, eram, fundamentalmente, a evolução nas pensões e a evolução da despesa com funcionários. Em 2005, a despesa com pensões, salvo erro, estava a crescer acima dos 9%. Repito, acima dos 9%, o que era insustentável.

Para os Srs. Deputados perceberem a evolução que houve entretanto e a correcção estrutural que introduzimos direi apenas que as pensões em 2010 vão subir 3,4%. O que fizemos ao longo destes anos foi corrigir a situação em termos de segurança social, o que permite que hoje o crescimento das pensões seja sustentável no futuro, já que essa despesa foi reduzida de 9% para 3,4%.

O segundo aspecto diz respeito à despesa com os funcionários. Vou apenas dar estes três números: em 2009, Portugal tem menos 73 000 funcionários públicos do que tinha em 2005. Repito, menos 73 000 funcionários. A verdade é que ficámos apenas a 2000 do objectivo que nos propusemos na legislatura.

Perguntar-me-ão o que é que isto significa.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Mais desemprego!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Pois eu digo: isto nunca aconteceu antes! Nunca houve uma legislatura em que, ao longo dos anos, o Estado tenha reduzido o número dos seus funcionários como contributo para a sustentação das contas públicas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E do desemprego!



O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No ano passado, aumentámos os funcionários públicos em 2,9%, mas a verdade é que a despesa com funcionários subiu apenas 0,3%. A isto chama-se consolidação estrutural.

Ao longo destes quatro anos de exercício reduzimos em 1,5 pontos percentuais do PIB a despesa com os funcionários. É a isto que chamo alterações estruturais no Orçamento que contribuem para a consolidação das contas públicas, é a isto que chamo alterações e reformas estruturais, quer na administração quer na segurança social.

É por isso que olhamos para o exercício que temos à nossa frente como um exercício que está ao nosso alcance.

Olhamos para os anos em frente com confiança e com determinação. A verdade é que vencemos este grande desafio de enfrentar a maior crise económica dos últimos 80 anos. Enfrentámo-la e ultrapassámo-la, e melhor do que os outros países!

Agora, olhamos para 2010 já com uma perspectiva de crescimento económico. Vamos crescer em 2010 e isso é uma boa notícia para a economia portuguesa. Vamos enfrentar os problemas que temos, mas na convicção de que, em 2010, é preciso ainda que o Estado esteja ao lado das empresas, ao lado dos desempregados, ao lado de quem precisa. É por isso que ainda teremos um défice orçamental de 8,3%, para não desistir de apoiar a nossa economia, mas vamos fazê-lo de forma responsável, iniciando já uma operação de redução do défice orçamental, em linha com o que é perspectiva para os próximos anos.

É por isso que chamo a este Orçamento um Orçamento para a confiança. Há uma coisa que nenhum país pode aceitar: pode aceitar-se ter défices para responder a situações de emergência, como aquela em que vivemos, mas o que este Governo não tem é um défice de confiança. Esse défice, nós não temos! Partimos para este exercício orçamental com confiança em nós próprios, confiança no Governo, confiança no país, na economia e nos portugueses.

Sim, Sr. Deputado Francisco de Assis, já fizemos este exercício em 2005. Em apenas 2 anos, baixámos de 6,83% para 2,6%, e vamos fazê-lo de novo!

O Sr. **Presidente**: — Agradeço que conclua, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sempre soubemos, no início, em 2009, que iríamos aumentar o défice, porque isso era bom para responder à situação económica. Agora vamos corrigir o défice, depois de a economia crescer, porque essa é a tarefa de um governo responsável e consciente, que aqui está para servir Portugal e para servir os portugueses.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para defesa da honra da bancada, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para a defesa da honra da bancada porque penso que teria sido bem escusado ao Sr. Primeiro-Ministro, quando quer fazer alarde da sua política, atacar de forma pouco própria aquilo que foi feito por governos anteriores.

Sr. Primeiro-Ministro, não fiz aqui qualquer acusação de mentira por parte do Governo,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não?! Não?!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — ... fiz a acusação de ter escondido dos portugueses a verdadeira situação do País. Afirmei e reafirmo!

*Aplausos do PSD.*

Disse também, Sr. Primeiro-Ministro, que se se compreendia que quisesse esconder a situação do País antes das eleições, se se entendia isso – não o fiz, mas penso que há quem o faça, como o senhor fez –, neste momento isso era escusado, porque os portugueses já perceberam que foram enganados.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Pelo PSD!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Não é preciso insistir!

Portanto, nessa circunstância, ao fazer a minha pergunta, não pus em causa as suas medidas, não pus em causa os apoios que foram dados, não pus em causa o valor do défice, o que pus e ponho em causa é por que é que, em menos de um mês, houve conhecimento de alguma coisa que não nos foi transmitida. E como sei que não é possível ter surgido algo de absolutamente inesperado, porque senão o senhor já o teria dito e não o disse ainda, isto quer dizer que escondeu deliberadamente. E eu, como Deputada, tenho a obrigação de o fazer.

E, Sr. Primeiro-Ministro, se alguma coisa me fez pedir a defesa da honra da bancada foi por o Sr. Primeiro-Ministro ter utilizado a palavra «manigâncias».

**Vozes do PS:** — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sabe porquê, Sr. Primeiro-Ministro? Isso que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de dizer vai ficar gravado nestas *Actas* e eu vou citá-las na primeira oportunidade em que o senhor aparecer aqui exactamente com as mesmas medidas que eu tomei.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, «manigâncias» é um termo clássico! Acontece que não posso reclamar-me da autoria desse termo. Estou apenas a citar um termo famoso utilizado por um também famoso economista da nossa praça, que se referia justamente aos Orçamentos que a Sr.<sup>a</sup> Deputada elaborava. Foi ele que cunhou para a história do discurso político o termo «manigâncias». Referia-se a quê? Referia-se àquelas acções em que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se especializou, de ir buscar, à última hora, aquilo que são receitas extraordinárias para disfarçar o défice — a isto, ele chamou «manigâncias»! Eu limitei-me a citar um clássico, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada diz: «Sr. Primeiro-Ministro, peço a defesa da honra porque eu não disse que o Sr. Primeiro-Ministro mentia ou que o Governo mentia, apenas que escondia deliberadamente».

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Sim!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, «esconder deliberadamente» significa mentir ao País e reafirmo que isso não é verdade. Não é verdade!

*Aplausos do PS.*

Não houve nenhum país que acertasse nas suas estimativas de défice, os défices verificados são todos superiores àqueles que foram estimados.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Mas também ninguém o descobre em 15 dias!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Em Outubro, a informação que o Ministério das Finanças tinha conduzia-nos a esse resultado, e, aliás, não tínhamos razão nenhuma para o omitir; agora, em Janeiro, este é o resultado das contas.

Mas o que muito me espanta e admira é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, durante o seu exercício como Ministra das Finanças,...

O Sr. **Presidente:** — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não hesitou em recorrer à titularização de dívidas ao Estado,...

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Exactamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não hesitou em recorrer às medidas extraordinárias para disfarçar o défice, venha agora, aqui, falar em transparência das contas públicas.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Toda a transparência!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Desculpe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas não tem nenhuma autoridade moral para falar em transparência das contas públicas, quando, durante três anos seguidos, não fez outra coisa senão tentar convencer os mercados e Bruxelas de que tínhamos um défice abaixo dos 3%, o qual estava apenas disfarçado com medidas extraordinárias para o compor.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — E o seu?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aliás, Sr.<sup>a</sup> Deputada,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor de concluir, já esgotou o tempo de que dispunha.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... estamos hoje a pagar essas medidas extraordinárias,...

**Vozes do PSD**: — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Só faltava essa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque a titularização das dívidas custa, neste momento, ao Estado mais de 200 milhões de euros por ano.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o CDS não concorda com o modelo de política económica que o Governo tem seguido e, ainda assim, entende que deve ter o sentido de responsabilidade de contribuir para a viabilização do Orçamento do Estado. Fazemo-lo por uma razão, acima de qualquer outra: Portugal está, neste momento, debaixo de advertência externa, os olhos do mundo, dos mercados internacionais, das instituições internacionais, das agências financeiras estão colocados em Portugal e o nosso País pode correr riscos graves, do ponto de vista da sua credibilidade no exterior, o que significaria uma ruína para a economia e para as famílias, dado que o custo de financiamento da nossa economia passaria a ser insuportável. É por isso que, numa circunstância destas, devo, em sentido de responsabilidade, contribuir para que o País não fique sem Orçamento e, por essa via, sem Governo.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Mas isto também tem uma consequência, Sr. Primeiro-Ministro: a de que o Sr. Primeiro-Ministro nunca mais se poderá queixar, com a ladainha do «não me deixam governar».

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Mas os portugueses podem queixar-se da forma como até aqui o Sr. Primeiro-Ministro os tem governado!

*Aplausos do CDS-PP.*

Quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro, regressando a uma questão que é importante e que já foi aqui colocada: o senhor sabe que disputou as eleições sem dar aos cidadãos um conjunto de informações que já podia prever. O senhor disputou as eleições dizendo que o défice era de 5,9%, depois das eleições o défice é de 9,3%; disse que o desemprego estava na casa dos 8%, meses depois está acima dos 10%; disse que o endividamento estava controlado, subiu mais de 20 pontos nos últimos dois anos.

A pergunta que lhe faço, Sr. Primeiro-Ministro, é se reconhece que não deu todas as informações ao eleitorado para que este pudesse fazer conscientemente a sua escolha.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, o primeiro ponto que quero sublinhar, e já o fiz, é o da responsabilidade com que o CDS fez uma negociação com o Governo e, embora tenhamos chegado a uma conclusão de não acordo — foi o que aconteceu —, o CDS teve a responsabilidade de, unilateralmente, declarar que se iria abster em relação ao Orçamento. Esta é uma atitude responsável que o Governo regista.

Nós não desejamos, porque esse não é o nosso objectivo, que a nossa governação esteja de acordo com o modelo do CDS, e o País também não o deseja, porque o País deseja que o Governo conduza a sua política de acordo com o seu Programa, já que foi nesse Programa que votou, e espero que o Sr. Deputado não ponha isso em causa.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Paulo Portas, disputei as eleições lealmente e essas eleições tiveram um resultado. Por isso, Sr. Deputado, desculpe mas não ponha em causa o resultado das eleições.

Nessa altura, as eleições foram disputadas no meio da maior crise económica mundial, num momento muito difícil para qualquer governo, aqui ou na Europa. E a verdade é que este Governo que aqui está, honrando-se daquele que foi o seu trabalho, foi a jogo nessas eleições apresentando esse trabalho e também a perspectiva que tinha para fazer face às dificuldades. O Governo ganhou as eleições de forma limpa, Sr. Deputado.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado diz que os portugueses não podem estar satisfeitos com a forma como foram governados mas, desculpe, não pode substituir-se aos portugueses — deixe-os exprimirem-se natural e livremente, em eleições, conforme já fizeram.

Finalmente, Sr. Deputado, todos os dados económicos que eram relevantes estavam disponíveis em Junho, tal como sucedia noutros países.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Incluindo a queda da receita fiscal de 20%!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado esquece-se, porventura, do mais importante: a diferença entre Junho e o final do ano é a de que vamos chegar ao fim do ano numa situação económica melhor do que aquela em que estávamos em Junho, porque vamos ter um crescimento económico menos negativo do que aquele que estava previsto em meados do ano e uma *performance* económica que compara muito bem internacionalmente, em particular, na Europa.

Portanto, Sr. Deputado, não ponha isso de lado, porque isso significa o sucesso de uma política económica mas também o sucesso de uma política que foi estimulada e conduzida pelos portugueses, para que pudessemos enfrentar a crise e dela sair.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, com certeza, não ponho em causa o resultado das eleições. Aquilo que lhe digo é que o senhor, conscientemente, não deu aos portugueses informações sobre o défice que já podia prever, não deu aos portugueses informações sobre o desemprego que já podia estimar, não deu aos portugueses informações relativas à questão do endividamento, o que era suficiente e necessário para o esclarecimento dos cidadãos que tinham de escolher no dia 27 de Setembro.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Disse-o e mantenho-o, porque os números da execução orçamental de Junho já lhe permitiam, evidentemente, corrigir as estimativas.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não há nada que melhor exemplifique esta ilusão do que algo que lhe vou lembrar. Lembra-se de uma frase, assaz modesta, que disse na campanha eleitoral? «Está para nascer um Primeiro-Ministro que tenha feito mais do que eu pelo défice».

*Risos do CDS-PP e do PSD.*

Penso que deve fazer uma pequena rectificação, Sr. Primeiro-Ministro, no seguinte sentido: «Está para nascer um Primeiro-Ministro que tenha um défice maior do que o meu».

*Aplausos do CDS-PP.*

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, quero ir à questão do modelo económico. Tenho ouvido os economistas dizerem que de uma recessão se sai ou em *V*, com uma queda pronunciada e uma recuperação acelerada, ou em *U*, com uma queda mais moderada e uma recuperação também mais lenta, mas parece-me que o Sr. Primeiro-Ministro conseguiu descobrir uma nova fórmula de sair da recessão: em *L*, ou seja, caímos a pique e, depois, estagnamos.

É isto que nos diferencia, do ponto de vista do modelo económico: com um crescimento, nos próximos anos, de cerca de 1%, não se gera emprego e, portanto, não se combate o desemprego, que é o maior flagelo do País; por outro lado, com um nível de despesa que quase consome metade da totalidade da riqueza criada no nosso País, não é possível injectar confiança na economia, porque isso só se consegue através de uma redução selectiva da carga fiscal. Portanto, são dois modelos diferentes.

A minha pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, é se reconhece, tal como pareceu ontem reconhecer o Ministro das Finanças, numa entrevista — e já o fez para futuro mas refiro-me à sua própria trajectória —, que há erros de política económica que têm de ser corrigidos.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, o Governo publicou toda a informação económica que estava disponível até ao momento das eleições e, portanto, durante todo o Verão. O Sr. Deputado, aliás, acabou por referir os boletins da Direcção-Geral do Orçamento que davam toda a informação orçamental a quem a quisesse consultar. Diz o Sr. Deputado que, nessa altura, com base nesses resultados, a estimativa já seria diferente dos 5,9%. Sr. Deputado, desculpe mas nessa altura era cedo para o fazer,...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque aquilo que acabou por ser a quebra nas receitas fiscais não era previsível.

Sr. Deputado, quero afirmar que aquilo que levou este Governo a ganhar as eleições foram duas coisas: em primeiro lugar, o trabalho feito — ninguém ganha eleições sem um trabalho feito que seja reconhecido pelos portugueses; em segundo lugar, a credibilidade da nossa proposta e da nossa resposta à crise — o Sr. Deputado ganhava se tivesse a humildade de o reconhecer.

Sr. Deputado, já expliquei o que separa este défice do de 2005. É que, em 2005, quando o Sr. Deputado estava no governo, não havia nenhuma razão para o défice.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Cardoso Águas** (PSD): — Não havia razão?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não havia nenhuma crise internacional, não havia nenhum défice internacional semelhante.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — Não repita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, o défice de 2005 foi apenas consequência ou resultado de um descalabro na condução das contas públicas.

Finalmente, Sr. Deputado, quanto à recessão, aproveito também para dizer o seguinte: em primeiro lugar, penso que qualquer um de nós reconhece, porque isto não é matéria de ideologia nem de escolha política mas tão-só um problema económico, que, no momento em que há recessão, e ainda por cima uma recessão gravíssima, o Estado deve fazer um esforço para recuperar a economia. Foi isso que fizemos! Quando compararmos a história económica deste período...

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com a história económica de períodos semelhantes, a História referirá que, desta vez, os Estados fizeram o que deviam.

O Sr. Deputado tem razão num ponto: o que nos separa é a confiança que o Sr. Deputado tem em que descer impostos é o melhor para a recessão...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Selectivamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ...e eu afirmo que o melhor para obter imediatamente emprego e dinamismo económico — porque isto, mais uma vez, não é ideologia, é economia —, é mais investimento público. Isto é o que nos separa, é certo, mas reafirmo que qualquer economista...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... será capaz de explicar em muito curto espaço de tempo e em poucas páginas por que é que o investimento público tem uma consequência mais imediata e mais rápida no emprego e no dinamismo económico do que a baixa de impostos.

É por isso, Sr. Deputado, que, do meu ponto de vista, o modelo que estamos a seguir é o indicado para fazer o País sair da recessão e para que, no futuro, Portugal tenha uma economia mais competitiva e possamos apoiar quem efectivamente necessita numa altura de grave recessão económica.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cada um acredita naquilo que quer. O que lhe digo é que com um crescimento económico que não supera 1% não se gera emprego e, não se gerando emprego, não se consegue nem dinamizar a economia nem reduzir a fractura social.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, falo muito concretamente sobre questões que nos separam.

O que é que o Sr. Primeiro-Ministro entende que deve dizer a um pequeno e médio empresário que no ano passado, ano de crise, não teve lucros e que, de acordo com a sua política, tem de efectuar o pagamento especial por conta por conta dos prejuízos que teve no ano passado?

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, o que digo a um empresário neste momento é que estaremos ao lado das empresas, mas não faremos nada que reduza a confiança, isto é descer impostos, porque isso seria irresponsável e colocaria em causa a necessidade de consolidação orçamental no futuro.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, passo à segunda questão que nos separou.

Em 2007, o Primeiro-Ministro cometeu um erro: o de não admitir polícias nem guardas-republicanos, confiando numa suposta substituição dos efectivos por actuais administrativos. Isso não aconteceu!

Em 2009, depois de muita pressão do CDS, pelo seu lado, das forças de segurança e de quem as dirige (com toda a razão), fez um concurso para a admissão de efectivos na PSP e na GNR. Ainda bem que o fez!

Em 2010, olha-se para o Orçamento e não está lá a verba para o concurso normal de entrada de polícias nem de guardas-republicanos.

Medem-se os prazos: sete meses para preparar o concurso, nove para dar treino e instrução aos polícias e aos guardas, que no caso da GNR até é mais prolongado. Resultado de tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro: voltou à política de 2007 e num momento em que a insegurança é preocupante, em que o aumento da criminalidade é preocupante, sobretudo nas zonas urbanas, vamos ter um ano de 2010 e meio ano de 2011 sem reforço prático de efectivos e sem incorporação nacional normal, a necessária na PSP e na GNR.

O que é que isto tem de grave? É porque o Programa do Partido Socialista, aquando das eleições, dizia que era preciso voltar à política dos concursos anuais para reforçar os efectivos, e isto não acontece no Orçamento para 2010.

Quero dizer-lhe, com toda a franqueza, o seguinte: preocupe-se em fazer o que estiver ao seu alcance para que os concursos normais sejam feitos o mais rapidamente possível, não desiluda outra vez a confiança das forças de segurança e dê uma resposta à população, porque o Estado tem de ser forte relativamente às questões da insegurança e da criminalidade!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, já que falou nas negociações com o Governo e naquilo que nos separou, também quero referir essa separação.

O que nos separou foi, em primeiro lugar, o CDS achar que deveríamos ter uma redução de 50% do Pagamento Especial por Conta (PEC). O Governo não está de acordo!

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em segundo lugar, o CDS também achava que devíamos aumentar as pensões mínimas. O Governo não esteve de acordo!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Fiscalizando o rendimento mínimo, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, estou a referir aquilo que nos separou, porque no caso do rendimento mínimo nós próprios colocámos na nossa proposta de Orçamento o que nos parece ser razoável: uma avaliação dessa prestação e até uma perspectiva de maior exigência no controlo dos beneficiários.

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado referiu a questão do número de polícias e de guardas nacionais republicanos que vamos admitir. Vamos iniciar imediatamente esse processo de abertura de concurso.

Quero recordar-lhe — como já fiz muitas vezes, mas o Sr. Deputado olha para o lado como se nada fosse — que na última legislatura houve um aumento líquido do número de polícias da ordem dos 1200. Desculpe, o Sr. Deputado tem de ter isto em consideração.

Os Srs. Deputados compreendam: o que o CDS nos pedia era que reduzíssemos o PEC em 50%; que aumentássemos as pensões mínimas, pois já as temos aumentado acima da inflação; e que tivéssemos um concurso de polícias e de guardas nacionais republicanos — para admissão de cerca de 2000, já não me lembro exactamente...

**Vozes do CDS-PP**: — Mil!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ora bem, os Srs. Deputados reconhecerão que isto significa menos receita e mais despesa: menos receita no PEC e mais despesa no resto!

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi isto que nos afastou.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas o Sr. Deputado não tente disfarçar aquilo que nos afastou. Foi isto!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Apesar de tudo, Sr. Deputado, o que tenho a dizer, pela parte do Governo, é que conduzimos negociações muito detalhadas e pormenorizadas com o CDS e aprendemos com elas. Aprendemos com as posições do CDS e espero que os senhores tenham retirado igual ensinamento das conversas com o Governo.

Finalmente, Sr. Deputado, quero chamar a sua atenção para uma coisa...

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quando o Sr. Deputado diz que Portugal está sob vigilância, quero dizer-lhe que não é apenas Portugal que está sob vigilância! Todos os países do mundo o estão!! Estão sob vigilância das agências internacionais e dos mercados os Estados Unidos, com um défice de 12,5%; o Reino Unido, que tem um défice de 11,6%, e a Espanha.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, recuso essa visão de que todo o mundo está a olhar para Portugal como se fôssemos um caso isolado.



Sr. Deputado, isso não é verdade, isso não é justificável e peço que corrija essa observação, porque a verdade é que todos os países desenvolvidos do mundo que têm défices estão, naturalmente, sob vigilância. São todos, não é apenas o nosso.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, para uma curta interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, interpelo a Mesa para pedir ao Sr. Presidente que distribua ao Sr. Primeiro-Ministro as normas administrativas, que lhe farei chegar, segundo as quais para fazer um concurso de entrada na polícia são precisos sete meses para preparar o concurso, mais nove meses para dar treino e instrução. Nove, mais sete, são 16. Estamos em Fevereiro de 2010, o que significa que só haverá polícias e guardas na rua, com a nova incorporação, a fazer policiamento de proximidade já com o próximo ano bem adiantado ou, no caso da guarda, quase a chegar ao fim!

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Este é que é o erro! Deveria ter feito os papéis e os documentos há muitos meses atrás!

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de advertência externa, quero dizer-lhe que Portugal não é a Grécia, mas tem de dar sinais seguros de que não quer ser a segunda Grécia!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã...

*Pausa.*

Peço desculpa, mas o Governo acaba de sinalizar à Mesa que também quer interpelá-la.

Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para o efeito.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, desculpará, mas também quero usar da palavra para responder ao Sr. Dr. Paulo Portas. Estamos num debate, o Sr. Deputado Paulo Portas já tinha esgotado o seu tempo e quis ter uma última intervenção.

Bom, sou muito tolerante quanto a isso,...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — O Sr. Presidente é que é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas também quero ter o direito de responder-lhe.

O Sr. **Presidente**: — Está concedida a palavra, Sr. Primeiro-Ministro. Mas para lhe ser concedida tinha de ser pedida.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Bem me esforcei...

*Risos.*

... a fazer sinal para que o Sr. Presidente me pudesse conceder.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que a vigilância que existe sob o nosso País existe sob todos os países europeus, e sob todos os que estão numa situação orçamental que é pior do que a situação portuguesa. Já tive ocasião de referir que os Estados Unidos estão com um défice de 12,5%, e também estão com um défice superior ao nosso o Japão e o Reino Unido.

Desculpe, mas o facto de termos Deputados portugueses a dizerem que todo o mundo está a olhar para nós não só é um exagero como é até, digamos, uma visão um pouco paroquial da situação e não tem qualquer fundamento.

É claro, diz o Sr. Deputado, que devíamos fazer algo para não sermos uma segunda Grécia. Olhe, foi justamente por isso que não aceitámos as propostas do CDS de redução do PEC em 50%!!

Foi justamente por isso que não aceitámos as propostas de aumentar as pensões mínimas.

*Aplausos do PS.*

Ó Sr. Deputado, responda-me lá com franqueza: então, nós íamos dar bons sinais aos mercados aumentando pela segunda vez, e de forma extraordinária, as pensões mínimas?

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Cortando o rendimento mínimo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que é que um analista pensaria disso?

Depois, iríamos dizer também a esses tais mercados «sim, o primeiro passo é este: vamos reduzir em 50% o PEC». Ó Sr. Deputado, tamanha incoerência... Bem sei que quando se está na oposição não se tem responsabilidades e se pede «sol na eira e chuva no nabal»... O Sr. Deputado desculpará, mas isso foi exagerado!!

Finalmente, Sr. Deputado, vamos fazer o que devemos em matéria de segurança.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Vão, vão...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas há um número que o Sr. Deputado não contesta: na última legislatura, houve um saldo líquido positivo de 1200 polícias. Isto que dizer investimento na segurança.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, bom dia.

Num momento de ternura deste debate, a Presidente do PSD anunciou aspirar pelo dia em que possa acusar o Governo das mesmas «manigâncias orçamentais» de que o Governo acusa a passada gestão das direitas. Pois é mesmo sobre manigâncias orçamentais que lhe quero falar, Sr. Primeiro-Ministro, porque há quatro meses os portugueses acreditaram em si nas eleições e o Governo assegurou, de facto, que o défice estava controlado em 5,9%.

Se os portugueses tivessem sabido que faltariam 5000 milhões de euros, bem poderiam antecipar a manigância de um acordo com as direitas para a aprovação de um Orçamento que reduz os salários, reduz as pensões, reduz o investimento público e, por exemplo, diz aos enfermeiros, que estão agora em greve, que a

estes licenciados não reconhece o mesmo estatuto de todo e qualquer licenciado no serviço público e, portanto, lhes quer pagar 700 € líquidos numa profissão especializada.

**Vozes do BE:** — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Mas a manigância pior é faltar à promessa, porque, Sr. Primeiro-Ministro, é nos momentos de dificuldades que é preciso rigor, é nos momentos de dificuldades que é preciso responsabilidade. E, Sr. Primeiro-Ministro, leio nos jornais que os 10 maiores investidores na bolsa ganharam 5000 milhões de euros este ano. Sei que o Sr. Primeiro-Ministro não quer ouvir e está muito entretido com a conversa com os seus ministros, mas esses dez investidores ganharam 5000 milhões este ano. Tivessem vendido as acções e qual era o imposto que pagavam? Zero cêntimos!!

Ora, o Governo prometeu aos portugueses que aqui haveria igualdade, que agora haveria igualdade, e não há! É por isso que é tão fácil um acordo com a direita.

Pergunto-lhe, por isso, Sr. Primeiro-Ministro, sobre soluções, responsabilidade e rigor. Como é que o Sr. Primeiro-Ministro pode olhar nos olhos de um trabalhador e dizer-lhe: «o seu salário paga 20, 30 ou 40% de IRS» e, ao mesmo tempo, que quem ganhou 5000 milhões de euros na bolsa não paga um cêntimo de imposto sobre o rendimento?!

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, o senhor classifica o resultado de uma negociação política como manigância. Isso diz tudo!

O Sr. Deputado acha que os resultados das negociações que o Governo encetou com todos os partidos foram uma manigância com a direita. Antes acusava o Governo de não dialogar, de ser arrogante, de ser distante, de querer impor a sua vontade... Assim que o Governo negocia diz: «lá estão eles a fazer manigâncias».

Sr. Deputado, não sei porquê, mas vejo aí um certo ciúme...

*Risos do PS e do BE.*

... pelo facto de o Bloco de Esquerda achar que tivemos um sucesso político na negociação. O que o Sr. Deputado realmente pretende é diminuir o que o País todo considerou um sucesso político.

Isso é um sucesso político para o Governo? É, sem dúvida, mas é principalmente um sucesso político para o País!

Claro está que o Sr. Deputado, como sempre nos habituou, não é capaz de argumentar e dispensa-se de argumentar. O que o Sr. Deputado sabe fazer é acusar! Vem logo com manigâncias!!! E vem acusar, em particular, o Partido Socialista!

Há que tempos que o seu discurso político não passa disso! Dispensa-se de argumentar, de apresentar de fazer julgamentos!!

Mas, Sr. Deputado, quem acaba por julgar, são os portugueses!

**Vozes do BE:** — Exactamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sim, exactamente!...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Nisso, estamos de acordo!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — É exactamente isso!

Porque é típico dos partidos da esquerda mais radical, depois de perderem as eleições, ou se alguém as ganha, virem imediatamente dizer, três meses depois, que, «se as eleições fossem agora, então, nós perderíamos as eleições e, agora, é que ia ser!...»

*Protestos do Deputado do BE Fernando Rosas.*

Esse preconceito de pretender interpretar a vontade soberana e global dos portugueses é apenas um preconceito de superioridade e, devo dizer-lhe — para quem, há tanto tempo, está na política... —, um bocadinho já «passado» e um bocadinho, até, insuportável no debate político.

*Aplausos do PS.*

Depois, outro aspecto que considero surpreendente e relevante: é que temos aqui um partido de esquerda que critica o Governo por ter défice! Temos um partido da esquerda mais radical que critica por existir défice!...

Olhe, Sr. Deputado, há duas coisas que um político deve saber sobre recessão económica: é que, nas alturas de recessão económica, os Estados devem fazer um esforço para colocarem na economia estímulos orçamentais e, portanto, apostarem na subida do défice público para melhorar a situação económica. Foi isso o que fizemos e é surpreendente que o Sr. Deputado venha agora dizer que 9,3% é exagerado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — É exagerado?! Não me ouviu dizer isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Desculpará, Sr. Deputado, mas considero que essa não é uma análise correcta: o nosso défice e o nosso esforço orçamental foram para salvar muita gente do desemprego e para salvar muitas empresas de irem à falência!

Finalmente, o Sr. Deputado diz: «Mas, então, as mais-valias?».

Ó Sr. Deputado, sei bem o que está no meu Programa! Talvez o senhor...

*Protestos do Deputado do BE Francisco Louçã.*

Sim!

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Olhe, até sei o que está no seu!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Eu, também!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, sim!... Nós ainda estamos à espera de que o Sr. Deputado apresente legislação para acabar com os benefícios fiscais nos PPR! Ainda estamos à espera de que Sr. Deputado apresente a sua legislação para acabar com os benefícios fiscais na saúde! Sei que os Srs. Deputados vão meter isso de lado e na gaveta, mas, Sr. Deputado, cá estarei para lho recordar!...

Sei o que está no meu Programa, que é o seguinte: vamos taxar as mais-valias, em linha com as melhores práticas europeias e, até, mundiais. Mas vamos fazê-lo nesta Legislatura!

**Vozes do BE**: — Ahhh!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É o que está lá, Sr. Deputado!

*Protestos do BE.*

Ah!... Vão fazer o mesmo quanto aos PPR?!

*Risos do BE.*

Ah, bom! Muito bem! Cá estaremos à espera, Sr. Deputado!

Agora, considero que seria um erro, num momento em que os mercados de capitais estão a recuperar daquilo que foi uma situação muito difícil no ano passado...

O Sr. **José Gusmão** (BE): — 30%!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é um erro, neste momento, mexer nessas mais-valias. Mas fá-lo-emos, para obter mais justiça.

Mas reparo que o Sr. Deputado Francisco Louçã, para falar nisto, não falou noutras medidas no Orçamento. O Sr. Deputado nada tem a dizer quanto aos bónus no sector financeiro? Não apoia essa medida?

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Bem..., ou tem vergonha de dizer que apoia qualquer medida do PS? Talvez não lhe fique mal, Sr. Deputado, fazer uma referência a isso...!

A Sr.<sup>a</sup> **Helena Pinto** (BE): — Não temos vergonha alguma!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, Sr. Deputado, não encontra no Orçamento uma medida que diz respeito à utilização de benefícios fiscais pelos sectores financeiros e, pela primeira vez, nós termos definido, como limite para a redução fiscal, a taxa de 18,25% como taxa efectiva de imposto?

Não lhe parece que essa é uma medida que vai no bom sentido?

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou o Sr. Deputado só faz intervenções, não para analisar o Orçamento, mas para atacar tudo o que o Orçamento não tem ou deveria ter, no seu ponto de vista?!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fará o favor de não medir o Bloco de Esquerda pela bitola do Governo!

**Vozes do PS**: — Ahhh!...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Nós não temos afixado, no nosso Gabinete: «Amanhã cumpre-se a promessa!».

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Nós aplicamos o nosso Programa, batemo-nos por ele e não recuamos perante dificuldades! E é por isso que é agora que é preciso seriedade!

*Protestos do PS.*

Mas vamos à questão do ciúme, Sr. Primeiro-Ministro — «ciúme», diz-nos o Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro «pôs-se à janela», com aquela conversa: «quem quer casar com a carochinha, que é rica e bonitinha?»...

*Risos.*

Mas o que o senhor tem a oferecer é, naturalmente, a política da direita: baixar os salários! Acha que isso é responsabilidade?! Baixar as pensões! Acha que isso é responsabilidade?!

E vamos à questão crucial da economia. Diz-nos que, em dificuldades, é preciso rigor e investimento.

O Sr. Primeiro-Ministro, aliás, chegou ao ponto de aqui, num debate quinzenal, me dizer o seguinte: «O dever moral de um governo é fazer mais investimento público, seja qual for a opinião das agências de *rating*!».

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Ora, eu conheço os números deste Orçamento: o senhor baixa o investimento público, baixa o PIDDAC 25,4%!

O senhor, em 2005, quando havia crescimento económico, investia 6700 milhões; agora, quando há crise, investe pouco mais de 4000!

**Vozes do BE:** — Exactamente!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — O senhor diz uma coisa e faz outra! «Dá com uma mão e tira com outra»!!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Reduz o investimento público!

Segundo o seu critério, isto é o fracasso absoluto! E uma manigância é dizer uma coisa aos portugueses e fazer outra! Isso é falta de responsabilidade! E, Sr. Primeiro-Ministro, é aí que o seu Governo tem de ser atacado e é aí que o Bloco de Esquerda o critica.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, o que o Sr. Deputado pretende é apoucar e diminuir aquilo que é, inegavelmente, um sucesso político: um sucesso político da negociação do Governo com os partidos e um sucesso político também para o País, e uma garantia de governabilidade, que, é certo, nada interessa, nada!, ao Bloco de Esquerda.

*Protestos do Deputado do BE Fernando Rosas.*

Em segundo lugar, fica clara também a sua ideia de democracia: quando um governo se decide a negociar com os outros, o Sr. Deputado acha que é uma «carochinha posta à janela». Não é uma «história da carochinha»; é apenas democracia!

**Vozes do BE:** — Ahhh!...

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E o Sr. Deputado ri-se, com essa pequena história para «encantar telejornais». O Sr. Deputado desculpe, mas eu levo isso mais a sério. Eu acho que isto é fazer aquilo que a democracia nos pede para que seja feito.

Finalmente, investimento público, Sr. Deputado: o investimento público sobe 3% neste Orçamento! E ficamos à espera da seriedade para que o Sr. Deputado apresente os projectos de lei que constam do seu Programa.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — «Manigâncias», «seriedade» e «rigor»: vamos a isso, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. Primeiro-Ministro baixa o investimento público, sempre, ao longo desta Legislatura; os piores anos da crise foram no mínimo do investimento público. Promete uma coisa e faz outra! E desperdiça!

Por isso, vou directamente a um dos desperdícios do Governo, que é a trapalhada da lei das finanças regionais da Madeira: o senhor fez uma lei que prejudicou a responsabilidade perante as regiões e os seus cidadãos; e, na trapalhada dessa lei, veio, depois, à última da hora, no Orçamento Rectificativo, introduzir um aumento de endividamento de 79 milhões de euros.

Diz-se que o Ministro das Finanças até contrariou essa medida e ele não o desmentiu. Mas cá estava o dinheiro.

E eu leio, agora, com surpresa, que o Governo permitiu, ao governo de Alberto João Jardim, avales de 1174 milhões de euros, acima do limite legal. Três vezes o que tem a Madeira! Acima do limite legal!

E eu quero saber, Sr. Primeiro-Ministro, como é que diz aos enfermeiros, que têm de ter um salário abaixo do de um licenciado, que não pode ser respeitada a sua formação, que tem de ser desprezado o esforço que fazem para o Serviço Nacional de Saúde, para um despesismo sem regras, em que o Governo pode dar tudo a todos os favorecimentos...!

E isso, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor sabe como se chama: chama-se manigância!

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que não dispõe de muito tempo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Deputado Francisco Louçã não consegue fazer uma intervenção no Plenário sem dar uma «lição de seriedade» aos outros!

Sr. Deputado, eu não lhe aceito nem lições de seriedade nem lições de moral! Poupe-nos a isso!!

Claro está que o Sr. Deputado não consegue contribuir para um debate com o mínimo de elevação, um debate em que se possa referir aquilo que nos separa, mas que tenha um mínimo de elevação.

*Protestos do BE..*

Por isso, Sr. Deputado, a recomendação que lhe deixo é a de que faça menos acusações, menos ataques e mais argumentos.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vamos ao investimento: o investimento público é a pedra central deste Orçamento. Se há estímulo que queremos dar à economia é o investimento! E é o investimento aonde?

Considero que todas as discussões sérias sobre a economia, muitas vezes, devem calhar exactamente aqui. É legítimo, para um Estado, aumentar o défice, isto é, endividar-se, para fazer investimentos, num determinado momento, que dêem emprego, mas que modernizem o seu país e que melhorem a competitividade da sua economia!? É isso o que estamos a fazer!

A avaliação política é, portanto: onde estamos a gastar o dinheiro?

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E eu vou dizer onde estamos a gastar o dinheiro: estamos a gastar o dinheiro na requalificação das escolas portuguesas — estamos, neste momento, a requalificar 100 escolas! Nunca as câmaras municipais construíram tantos centros escolares! O esforço que estamos a fazer não tem paralelo nas últimas décadas.

Neste momento, estamos a construir 10 novos hospitais — nunca se construíram tantos hospitais em Portugal!

Estamos, neste momento, a construir 400 creches e lares — nunca foi feito um esforço tão forte no equipamento social!

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Estamos a construir barragens e é aqui que estamos a gastar o dinheiro doas portugueses, em parcerias público-privadas, sim, onde há parte do Estado e parte de investimento privado!

E estamos a fazer aquilo que devemos fazer, isto é, a apostar no futuro: num novo aeroporto; no investimento do TGV; e nas novas concessões rodoviárias, para melhorar a competitividade da nossa economia!

Nunca foram feitos tantos hospitais! Nunca foram feitas tantas barragens! Nunca foram feitas tantas creches! Nunca houve tantos investimentos na modernização das nossas infra-estruturas, com três objectivos fundamentais.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou já concluir, Sr. Presidente. Desculpe, Sr. Presidente, vou tentar ser muito sintético, agora.

Aproximar Portugal dos mercados europeus: melhorar as nossas condições logísticas e de transportes e infra-estruturas; apostar na área de energia com as barragens; e melhorar os serviços públicos essenciais de saúde e também do nosso sistema escolar.

É aqui que estamos a agastar o dinheiro dos portugueses: com mais investimento público, para melhorar a situação da nossa economia e para dar emprego aos portugueses. A isto chama-se investimento público qualificador do nosso país!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, nós temos, entre o Governo e o Bloco de Esquerda, duas visões distintas e contraditórias sobre como deve ser governado o País, sobre que respostas dar à economia, sobre que programa. Isso é natural, faz parte da democracia.

Mas deixe-me recomendar-lhe: não se deixe levar sempre pelo ódio!

*Protestos do PS.*

É certo que, no debate político, palavras claras podem ser confrontadas e devem sê-lo! Mas todas as alusões pessoais que o senhor faz em todas as intervenções revelam fraqueza e revelam que o nível da democracia não deve passar por isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Muito bem!

*Protestos do PS.*



O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — E veja, aliás, os gritos de ódio, que vêm ali, da sua bancada!...

*Risos e aplausos do PS.*

Aliás, volto à questão: o senhor não diz uma palavra sobre a Madeira, pois não, Sr. Primeiro-Ministro?!... Não diz uma palavra sobre a Madeira!

É porque nós, aqui, estamos a discutir Orçamento e o acordo com a direita é saber onde é que se está a gastar — reduzir pensões, reduzir salários tem, naturalmente, o apoio da direita. Mas uma política de seriedade, de preocupação com «onde» estamos a gastar — essa é a decisão sobre o Orçamento.

E eu respondo-lhe «onde estamos a gastar»: o Governo permite que se gastem 600 milhões em escritórios de advogados, não é Sr. Primeiro-Ministro?!...

Onde estamos a gastar? O Sr. Primeiro-Ministro olha para o lado: bem sei, bem o percebo!...

Estamos a gastar em 1100 milhões de desvios nas auto-estradas. É aí que estamos a gastar!

Estamos a gastar 1000 milhões em submarinos. É aí que estamos a gastar!

Estamos a gastar 1000 milhões no *offshore* da Madeira. É aí que estamos a gastar!

E o Sr. Primeiro-Ministro dá-nos o exemplo de parcerias público-privadas?!

O Estado está comprometido, até 2048, com 45 000 milhões de rendas a iniciativas privadas, quando podia (e tinha a obrigação) fazer as obras necessárias com recursos públicos, com um juro barato, com capacidade de criação de investimento. É aí que o senhor falha, Sr. Primeiro-Ministro!

Bem pode mostrar toda a sua irritação — bem o percebo —, mas este é o debate do Orçamento, e se o Governo falha nalguma matéria, é exactamente aqui: baixa o investimento, aumenta o favorecimento, aumenta o desperdício, aumenta o despesismo. E isto, Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses não podem perdoar-lhe.

**Vozes do PS:** — Já chega!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Os enfermeiros estão lá fora a perguntar ao Governo por que é que não está a negociar! Por que é que não aceita o direito daquelas pessoas qualificadas de poderem ver reconhecida a sua qualificação e o seu esforço no Serviço Nacional de Saúde? Para eles, o Governo só tem escárnio e desprezo, o que é, Sr. Primeiro-Ministro, a pior manigância, porque é a crise do Governo. É talvez por isso que o Governo fica tão irritado, por ser confrontado com alternativas.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Para formular perguntas, tem agora a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, neste debate morno, que deveria ser o das primeiras escaramuças resultantes da proposta orçamental, ficou a pairar uma frase que o Sr. Primeiro-Ministro aqui disse, a de que direita (PSD e CDS) não pediu nada em troca da viabilização do Orçamento.

Creio que esta é uma frase marcante na medida em que o que a direita fez (pode-se apontar-lhe muitos defeitos, mas temos de reconhecer que tem coerência na definição de uma política económica e social), conjuntamente com o Governo, foi salvar a política de direita. Essa, sim, é a questão!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O interesse nacional tem as costas largas, Sr. Primeiro-Ministro. Tem as costas largas...

O que a direita subscreve, neste Orçamento, é o facto de estarem lá, preto no branco, as privatizações do que é o «bife do lombo», passe o termo, Sr. Primeiro-Ministro: a ANA, a REN, a TAP, aquilo que interessa aos grandes senhores do capital. A direita está de acordo com isso!

**Vozes do PCP:** — Ora bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Em relação ao sector financeiro, quase me apetecia chorar quando ouvi aqui o Sr. Primeiro-Ministro dizer que o sector está debilitado, que precisa, nesta fase, de ganhar confiança e, enfim, mais lucros!

A primeira pergunta que deixo é esta: por que é tão sensível a essa debilidade circunstancial do sector financeiro e é tão implacável com os salários dos trabalhadores da Administração Pública, com a liquidação de postos de trabalho na Administração Pública, com a situação dos enfermeiros, em que, aparentemente, negoceia apresentando propostas mais recuadas do que as do anterior governo?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — É tão implacável com os desempregados sem subsídio e com os trabalhadores da Administração Pública (que começam a pagar já a dobrar) e tão sensível com o sector financeiro. Explique essa contradição, Sr. Primeiro-Ministro!

Disse que não há nisto ideologia, mas há! Este Governo fez uma opção: está do lado dos mais poderosos, está do lado daqueles que mais têm e mais podem, e não do lado de quem trabalha, dos trabalhadores, dos desempregados, daqueles que têm reformas baixas, daqueles que vivem do seu pequeno negócio. É, pois, uma opção ideológica de fundo estar do lado dos poderosos!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, nós fizemos uma negociação com todos os partidos e o que fiz, no início deste debate, é mais do que justo: sublinhei a responsabilidade dos partidos que quiseram fazer esta negociação com o Governo (aqueles que o quiseram fazer) e também elogiei o facto de o PSD — não os dois partidos — não ter pedido nada em troca, a não ser verificar se as opções do Orçamento que nós construímos, e que são da nossa responsabilidade, estavam de acordo com a orientação do PSD de começar a corrigir o défice orçamental. Nada mais!

Esta é a verdade.

Sr. Deputado, tenho de recordar-lhe o seguinte: o Partido Comunista não mostrou qualquer vontade ou interesse em dialogar com o Governo. Aliás, o Partido Comunista, antes deste debate, dois ou três dias depois de receber o Orçamento, imediatamente anunciou que iria votar contra.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Foi ontem, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi! Dois ou três dias depois...

*Protestos do Deputado do PCP António Filipe.*

Sr. Deputado António Filipe, calma!

Mas gostaria de perguntar o seguinte: quando é que o PCP votou de forma diferente o Orçamento do Estado? São capazes de dizer à Câmara quando é que tiveram uma outra opção?!

*Protestos do PCP.*

Digam-me: depois do 25 de Abril, nunca houve um Orçamento bom?! Querem convencer os portugueses de que a posição do Partido Comunista, de ter estado sempre contra, desde o início, é uma posição razoável e credível? Será que nunca houve uma oportunidade, neste país, para que o Partido Comunista pudesse encarar a possibilidade de se abster ou de votar a favor?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro não quer falar do Orçamento do Estado para 2010. Porque será?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os Srs. Deputados querem convencer os portugueses de que a posição negativista de ser sempre contra todos os Orçamentos é a posição correcta?

Os Srs. Deputados julgam que a única possibilidade que tiveram de estar de acordo com o Orçamento foi no tempo do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves? Aham que isso é que é razoável?

Há mais de 30 anos que o Partido Comunista vota contra. E qualquer que seja a opção do Orçamento, a sua escolha política, vota sempre contra!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É sempre a mesma!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ah, pois... Sr. Deputado, sempre a mesma é a posição do Partido Comunista!

O que toda a gente sabe é que, sempre que o Partido Socialista está no Governo, dois meses depois o PCP identifica muito bem o seu inimigo principal: é o Partido Socialista e é o Governo!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — A velha cassete!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A velha cassete é o que os senhores fazem, não há outra alternativa.

Em segundo lugar, em relação à função pública, o Sr. Deputado tem de concordar que, no ano passado, fizemos um aumento de 2,9%, o que significou um aumento real de 3,7%. E, por isso, os funcionários públicos compreenderão, tenho a certeza, que, nestes dois anos (2009 e 2010), o aumento real dos funcionários públicos andarà à volta dos 2,9% ou dos 3%. É só fazer as contas!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E nos últimos 10 anos?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ora bem, isto significa uma opção política? Sim, significa a opção de quem acha razoável que os funcionários públicos, tendo sido aumentados, no ano passado, da forma mais extraordinária que se verificou nos últimos 10 anos, possam agora, também, ter uma compreensão com uma decisão política que tem a ver com a necessidade de começar a reduzir o nosso défice orçamental.

Finalmente, quanto ao sistema financeiro, o Sr. Deputado não falou, mais uma vez, do que está referido no Orçamento relativamente a taxar os bónus dos gestores do sistema financeiro.

*Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.*

Ou Sr. Deputado passou por cima disso ou escapou-lhe.

Também lhe escapou a decisão que tomámos de limitar o aproveitamento dos benefícios fiscais, mantendo uma taxa efectiva de imposto de 18,75%? Sr. Deputado, é aqui que se dão os sinais correctos de justiça fiscal num orçamento.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, assim não pode ser. O Sr. Primeiro-Ministro não pode colocar as coisas de uma forma enviesada, não verdadeira. Fala de dois anos dos salários dos trabalhadores da Administração Pública. Eu falo dos últimos dez, em que os salários mais baixos perderam 4% e os mais altos 7%!

*Aplausos do PCP.*

Por que é que se está aqui a manipular os números? Os trabalhadores da Administração Pública sabem quem está a falar verdade ou quem está a dizer só meia verdade!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Em relação à questão da banca e à taxação dos bónus, num outro dia um trabalhador usou uma expressão espantosa quando estava a ouvir o Sr. Ministro das Finanças a tentar «vender» essa ideia. Dizia ele: «Oh, os bónus dos banqueiros... Taxem a banca, taxem os lucros e vão ver que esses bónus serão muito mais baixos!»

Faça aquilo que nós propomos, Sr. Primeiro-Ministro: proponha a taxação dos lucros, designadamente em termos de resultados bolsistas. Não o quer fazer porquê? Obviamente, faz uma opção.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Ainda me permito insistir (porque é a única forma de tentar que o Sr. Primeiro-Ministro responda a alguma coisa de jeito, a alguma coisa de concreto) em relação à situação dos enfermeiros: considera aceitável manter a proposta de 1020 € de remuneração base dos licenciados que tenham iniciado funções em 7 de Setembro de 2009, quando antes tinha apresentado uma proposta de remuneração de 1400 €? Agora baixou porquê?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Pergunte à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde porque ela, de certeza, responder-lhe-á.

Pergunto também se considera aceitável que os enfermeiros portugueses tenham começado a sair licenciados das escolas superiores de enfermagem desde 2000, elevando assim não só as suas qualificações, as suas competências, mas também a qualidade dos cuidados de saúde que são prestados à população, e continuem a auferir remunerações como se de bacharéis se tratassem. Explique lá! Não é obrigado a conhecer o conteúdo das negociações, mas depois não se admire, Sr. Primeiro-Ministro...

Geralmente, vejo-o sempre muito distante e arrogante quando se trata destas coisas de conflitos sociais, de conflitos laborais. Mas ouça a razão desses profissionais de enfermagem e vai ver que eles têm razão. Responda positivamente aos enfermeiros, Sr. Primeiro-Ministro!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, uma das medidas mais importantes deste Orçamento do Estado é aquela que fixa 18,75% como limite mínimo para a taxa efectiva de imposto. Isto significa um esforço e uma opção política no sentido de reduzir, para o sector financeiro, os benefícios fiscais e aumentar a taxa efectiva de imposto.

Este é um aspecto que tem sido muito discutido em toda a Europa, juntamente com a taxação dos bónus. Mas é um sinal político que também diz ao sector financeiro que as coisas não continuarão como no passado.

*Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.*

E não é preciso ter ódio algum contra ninguém, nem preconceito algum contra ninguém para reconhecer que a situação financeira anterior deve evoluir no sentido de oferecer mais confiança em todo o mundo. Não é preciso tratar os bancos por «BANCOS!» nem rendas por «RENDAS!» — com ódio — para nós fazermos aquilo que devemos.

O importante é que, em primeiro lugar, os bónus dos gestores do sector financeiro serão taxados com 50% e, em segundo lugar, a taxa efectiva de imposto vai ser limitada em 18,75%.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Vamos ver.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte: o Governo está a negociar com uma classe, está a negociar com os enfermeiros, e o que tenho para dizer é que espero que o bom senso prevaleça e que regressemos rapidamente à mesa negocial.

O que me espanta é que haja partidos sempre disponíveis para aproveitar todas as lutas corporativas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Corporativas?! Essa agora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que me espanta é que haja partidos imediatamente disponíveis para dar razão a todas as reivindicações corporativas. O que me espanta é que haja partidos que, sinceramente, colocam de lado o interesse geral para dar imediatamente razão a qualquer interesse particular.

O Sr. Deputado fica a saber que o Governo não aceita negociar com partidos questões de classe.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isto é de interesse geral!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Governo aceita negociar com os sindicatos. E nunca nos passou pela cabeça que, agora, os partidos tivessem apenas uma posição neste Parlamento igual à posição e à voz dos sindicatos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa agora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que nos parece razoável é que os partidos defendam o interesse geral e não o interesse corporativo.

Aos enfermeiros e a todos esses profissionais o Governo garante uma negociação e a boa fé negocial para chegar a um equilíbrio que sirva a sociedade portuguesa, mas que não faça «ajoelhar» o interesse geral diante de qualquer interesse corporativo. Nunca o fizemos e nunca o faremos, porque isso significaria abdicar da tarefa de governar, que é não pensar apenas em satisfazer todas as reivindicações, que não é ir às manifestações.

Bem o vi, Sr. Deputado, em todas as manifestações de professores. «Há manifestação de professores? Lá vamos nós!»

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Não consegui estar em todas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E tenho a certeza de que, hoje, vê-lo-ei também na televisão, ao lado dos manifestantes.

Realmente, Sr. Deputado, isso é muito fácil e muito simples, mas essa não é a atitude que nos pedem os portugueses. Os partidos devem pensar no interesse de todos, não no interesse das classes.

Estamos disponíveis para negociar e ansiamos pelo momento em que os enfermeiros regressem à mesa de negociações.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em relação a esta última parte da sua intervenção, gostaria de dizer-lhe que não deve estranhar a solidariedade do PCP para com as injustiças de que são vítimas os trabalhadores no ataque que é feito aos seus direitos, para com a sua luta. Não estranhe isso, Sr. Primeiro-Ministro.

O que para nós é estranho é que este Partido Socialista nunca seja capaz de demonstrar solidariedade para com uma luta, seja a dos enfermeiros, seja a dos professores, seja a da Administração Pública ou a de

qualquer outro sector de trabalhadores. O mal está na falta de solidariedade do PS e não na solidariedade do PCP.

*Aplausos do PCP.*

Estivemos aqui a discutir o défice, mais ponto menos ponto, se devia ter anunciado ou não, antes ou depois, mas o Sr. Primeiro-Ministro não disse uma coisa importante para os portugueses: quem é que o vai pagar? «Todos!» — vai dizer (parece que estou vê-lo!). Não. Vamos ver quem é que o vai pagar. Ora, este Orçamento aponta para que, de facto, já escolheu o alvo mais fácil, que são os salários e os postos de trabalho, e, em termos de investimento, os cortes no PIDDAC, a cativação em relação a esse mesmo investimento. Já percebemos, e por isso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, diga lá quem é que vai pagar o défice que aqui anunciou.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular as suas perguntas, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, como é que, numa altura em que se prevê a continuação do crescimento do desemprego, questão gravíssima no nosso País, o Governo se propõe contribuir para um aumento do desemprego através da liquidação de postos de trabalho na função pública?

O Sr. Primeiro-Ministro já se gabou aqui de, na última Legislatura, terem conseguido liquidar 73 000 postos de trabalho na Administração Pública. Há jovens que podiam estar a trabalhar e não estão.

Houve uma liquidação de postos de trabalho, e o Governo propõe-se retomar a regra do «saem dois, entra um», liquidando mais milhares de postos de trabalho na Administração Pública, contribuindo, assim, para o aumento do desemprego em Portugal.

Como é que isto é solução, Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia, uma das questões absolutamente centrais para o controlo da despesa e o equilíbrio das contas públicas é, sem dúvida, o controlo sobre as despesas com funcionários, o que acontece em todos os Estados do mundo.

Este Governo orgulha-se de, nestes últimos cinco anos, ter feito uma reforma da Administração Pública que permite, em primeiro lugar, que todos os funcionários públicos sejam hoje avaliados.

A reforma da Administração Pública contribuiu para uma modernização e para maior eficiência, mas permitiu também reduzir o número de funcionários, o que nos colocou em linha com as despesas em percentagem do PIB que são a média da União Europeia e dos países da OCDE.

A verdade é que nenhum Estado responsável pode aceitar um descontrolo nas despesas com funcionários. Fizemos esse exercício muito exigente de substituir cada dois funcionários que se reformavam por um porque não esquecemos que o que paga aos funcionários públicos são os impostos de todos os portugueses, e se queremos ter uma boa utilização dos dinheiros públicos devemos ter também uma Administração Pública eficiente e capaz, centrada em responder aos problemas, mas também consciente de que tem de fazer as modificações essenciais para ser sustentável no futuro.

Um dos aspectos mais importantes daquilo que fizemos, e que vai ajudar-nos ao longo dos próximos anos, é que, agora, as despesas com funcionários estão controladas.

Como disse, no ano passado, apesar de termos aumentado os funcionários públicos em 2,9%, o resultado no aumento das despesas com funcionários foi de 0,3%. Isso é um bom sinal, principalmente para aqueles que são funcionários públicos. Aqueles que são funcionários públicos hoje sabem que a factura dos funcionários públicos na riqueza e no Estado é hoje menor, e isso é a melhor garantia para termos uma Administração Pública mais eficiente, mais capaz e mais moderna.

Claro está que para alguém que não acredita no equilíbrio das contas públicas, para alguém que acha que o Estado deve continuar a fazer despesa sem nenhum controlo, isto pouco significa, mas tenho esperança de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada possa, no seu íntimo, reconhecer que esta é a melhor forma de reduzir a despesa, que isto é um contributo para um Estado mais digno e para um melhor Estado português, capaz de servir melhor os seus cidadãos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, sabe qual é o problema? É que pode ser um contributo para diminuir a despesa, mas é, seguramente, um contributo para aumentar o maior problema com o qual Portugal se confronta neste momento, ou seja, o desemprego.

Pelo que ouvi já, por diversas vezes, no discurso do Sr. Primeiro-Ministro, pensava que o primeiro combate deste Governo no País seria o desemprego. Afinal, era discurso; afinal, o Governo vai contribuir com a sua própria mão para um aumento do desemprego. Isto é verdadeiramente escandaloso, porque não estamos a falar de um momento qualquer que estejamos a viver! Estamos a falar de um momento em que a generalidade dos portugueses vive com dificuldades (certo, Sr. Primeiro-Ministro?), em que há uma grande fragilização de emprego. Ora, o objectivo central devia ser, como já ouvi tantas vezes em termos discursivos, a criação de emprego. E o Governo liquida postos de trabalho, toma esse como o seu objectivo central?!

Foi interessante ouvi-lo há pouco, Sr. Primeiro-Ministro, dizer que num ano tão difícil para o sector financeiro seria um erro mexer na tributação das mais-valias. É importante que os portugueses percebam que esse ano tão difícil para o sector financeiro representou milhões e milhões de lucros para o mesmo. Então, a pergunta que se impõe fazer é esta: num ano que se perspectiva tão difícil para a generalidade dos portugueses que trabalham não será um erro baixar, em termos reais, os seus salários? Afinal, o erro de uns o que é que representa para as medidas tomadas para outros?

Então, a dificuldade do sector financeiro, que se traduziu nuns milhões de lucros, tem um peso para o Governo que não tem a dificuldade que a generalidade dos portugueses sente em gerir o seu orçamento familiar e o Governo vem e dá uma machadada nos seus salários?! Sim, é importante os portugueses perceberem que o que o Governo está a propor é cortar em termos reais, se tivermos em conta a taxa de inflação, os salários dos portugueses, agravando, portanto, as suas condições de vida e o seu poder de compra.

Termino, Sr. Presidente, referindo que à primeira oportunidade que o Sr. Primeiro-Ministro e este Governo tiveram para se redefinirem ideologicamente, interpretando os resultados das últimas eleições, não tiveram nenhuma dúvida, não oscilaram e aliaram-se de imediato à direita. E Sr. Primeiro-Ministro diz: «Eles até foram tão sensatos! Não pediram nada em troca nesta negociação do Orçamento do Estado». Pois não, não pediram porque foram lá ver e estava lá tudo aquilo que eles queriam:...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — ...privatizações, baixos salários, benefícios ao sector financeiro. Estava lá tudo! O que é que havia mais para pedir em troca?!

Sr. Primeiro-Ministro, quem perde com esta continuidade são, obviamente, os portugueses. Depois, não se admire com estas manifestações e com estas lutas, que têm necessariamente de ser levadas a cabo para despertar o Governo, como a dos enfermeiros, como seguramente há-de ter da função pública e de outros sectores. É preciso levar o Governo à razão, como os professores levaram. É preciso levar o Governo à razão!

Sabe qual é o «azar» dos portugueses este ano, Sr. Primeiro-Ministro? É que não é ano de eleições. No ano passado tiveram aumentos salariais porque havia eleições; este ano não têm porque não há eleições, e isto é que é preciso dizer aos portugueses. Seja sincero, Sr. Primeiro-Ministro!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia, sim, eu acompanho também o sentimento da Câmara. Não se zangue!

Sr.<sup>a</sup> Deputada, se pudéssemos pensar que o problema do desemprego se resolve com o Estado, isso significaria uma má receita para lidar com o desemprego.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Está a dar um mau exemplo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O desemprego, em Portugal, resolve-se investindo em duas áreas. Em primeiro lugar, em maior dinamismo económico, no crescimento económico, mas também na qualificação dos portugueses. Esse é o caminho mais sério para combater o desemprego.

Pode o Governo fazer alguma coisa por isso? Pode, com mais investimento público para haver mais emprego no sector privado, mas também fazendo aquilo que estamos a fazer.

Não é tendo mais funcionários públicos, que não são necessários,...

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E, depois, vão contratar serviços externos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, não se afobe, ouça com calma!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não posso ouvir mentiras com calma!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não podemos aceitar que o Estado deva contratar mais funcionários públicos apenas para que haja menos desemprego. Isso seria gastar mal o dinheiro dos portugueses.

O que podemos, e devemos, fazer é aquilo que vamos, e estamos, a fazer, ou seja, dar mais oportunidades aos jovens e, em particular, aos jovens quadros. Vamos abrir 5000 estágios na Administração Pública, não para contratar mais funcionários mas, sim, para dar uma oportunidade do primeiro contacto com o local de trabalho a tantos jovens portugueses.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Aos jovens dão a precariedade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vamos fazer isso na Administração Pública como o faremos também em parceria com as câmaras municipais. Lançaremos também um programa de 2000 estágios nas câmaras municipais justamente para criar mais oportunidades.

Finalmente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, sei que não se preocupa com a sustentabilidade das políticas sociais, mas aqueles que defendem o Estado social percebem bem que o primeiro dever daqueles que estão do lado do Estado é assegurar que o papel do Estado pode continuar no futuro, não se sujeitando às críticas de ser despesista, gastador e, principalmente, irresponsável por pôr em causa as políticas sociais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Vá buscar o dinheiro onde ele está!

O Sr. **Presidente**: — No final deste debate, o primeiro debate sobre o Orçamento do Estado, acho que podemos tirar duas conclusões. A primeira delas é que o Governo conduziu bem as negociações e obteve um êxito político importante para o País. Foi uma negociação que conduziu à consagração política de que este Orçamento será aprovado, em benefício da governabilidade e da política económica.

A segunda conclusão é que temos uma orientação orçamental baseada na confiança — confiança para continuar a apoiar a nossa economia, confiança para começar a corrigir um desequilíbrio orçamental, permitindo também contribuir para a confiança e para uma economia mais sã, ao serviço de melhor emprego, contribuindo também para sermos um País com mais oportunidades para todos, um País com mais sucesso económico e que olha com confiança para o seu futuro.

*Aplausos do PS.*



O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, chegou ao fim o nosso debate quinzenal de hoje.

A Sr.<sup>a</sup> Secretária vai dar conta de expediente que deu entrada na Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de resolução n.º 65/XI (1.<sup>a</sup>) — Sobre a negociação e celebração de um Acordo-Quadro entre o Estado e a União das Misericórdias visando reduzir as listas de espera na saúde (CDS-PP).

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a próxima sessão plenária terá lugar na quinta-feira, dia 4, às 15 horas, tendo como ordem do dia uma marcação do CDS-PP para apreciação do projecto de resolução n.º 65/XI (1.<sup>a</sup>) — Sobre a negociação e celebração de um Acordo-Quadro entre o Estado e a União das Misericórdias visando reduzir as listas de espera na Saúde (CDS-PP).

Haverá ainda votações no final do debate.

Nas terça e quarta-feiras realizar-se-ão as Jornadas Parlamentares do CDS-PP, a quem desejamos as maiores felicidades e um bom trabalho.

Está encerrada a sessão.

*Eram 12 horas e 9 minutos.*

*Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Socialista (PS):

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo

Partido Social Democrata (PSD):

João Bosco Soares Mota Amaral  
José Álvaro Machado Pacheco Pereira  
José Mendes Bota  
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS):

António Ramos Preto  
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches  
Luís Paulo Costa Maldonado Gonelha  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto

Partido Social Democrata (PSD):

António Fernando Couto dos Santos  
José de Almeida Cesário  
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa

Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves  
Pedro Nuno Mazedo Pereira Neto Rodrigues

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL